

# PMDB-DF pede apoio à autonomia

## Covas e Sant'Anna aceitam diretas em Brasília, mas só em 90

Parlamentares e membros do diretório regional do PMDB do Distrito Federal estiveram ontem reunidos com o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (SP), e o líder governista, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), para buscar apoio à aprovação de dispositivo garantindo a realização de eleições diretas para o governo local e a criação de uma Assembleia Legislativa formada por 24 deputados distritais.

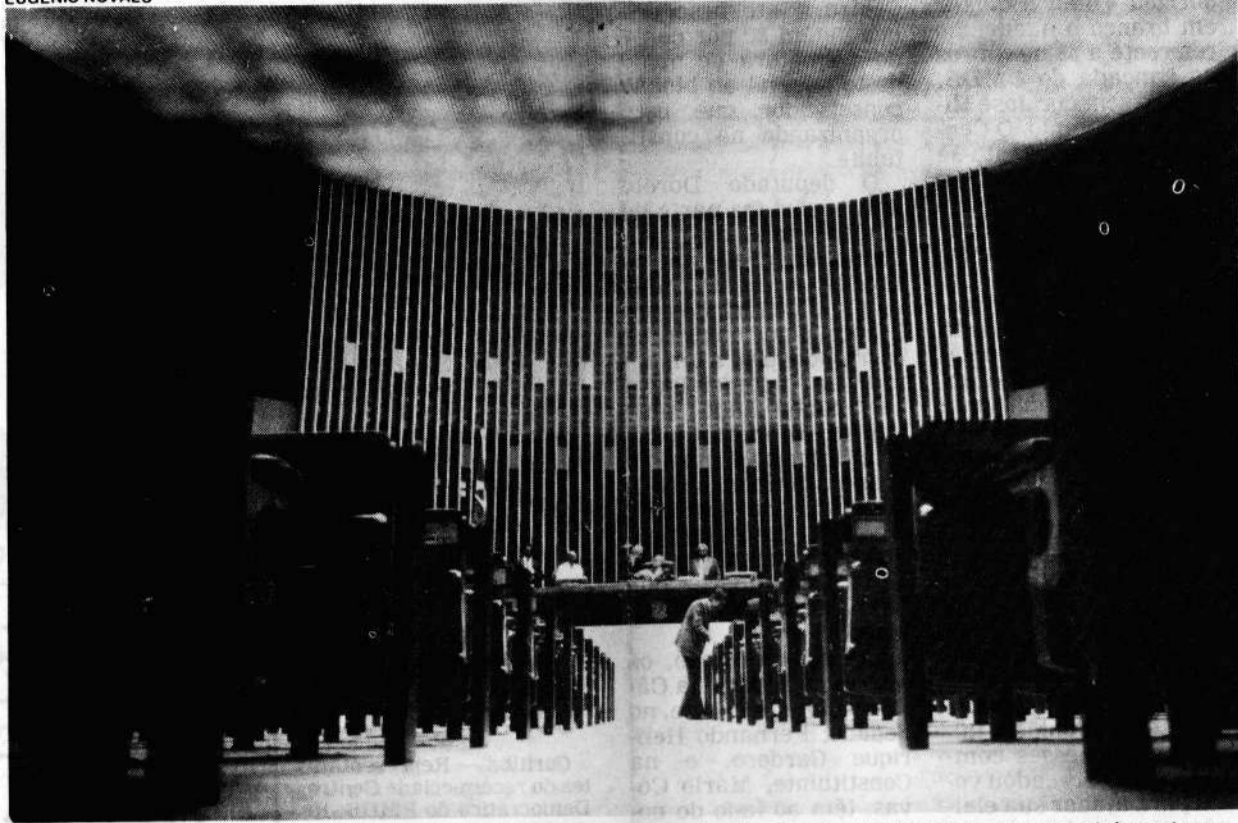
O coordenador da bancada peemedebista brasileiro, deputado Sigmaringa Seixas, disse que, no encontro, Mário Covas manifestou-se favorável à autonomia política do Distrito Federal, considerada por ele como um "fato consumado". O líder do PMDB afirmou discordar da proposta de que a eleição para o governo do DF deva ocorrer juntamente com a do Presidente da República. Covas defendeu a realiza-

ção do pleito juntamente com o dos governadores estaduais.

Por sua vez, Carlos Sant'Anna manifestou-se favoravelmente à ideia de realizar eleições para o governo local e Assembleia Legislativa. Entretanto, destacou aos peemedebistas brasileiros que, em sua opinião, o pleito para o GDF só deveria acontecer em 1990 para haver coincidência com a sucessão estadual. Segundo o coordenador, o líder governista mostrou-se "sensível" à ideia de criação da Assembleia Legislativa.

De acordo com Sigmaringa, Sant'Anna defende a eleição dos 24 deputados distritais já no próximo ano. Contudo, o peemedebista ressaltou que o mandato destes novos parlamentares deveria ser de dois anos e a primeira Assembleia teria como função específica a votação da Lei Orgânica do Distrito Federal.

EUGENIO NOVAES



Na sessão vazia, falou-se dos caças AMX feitos com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento

## Cordeiro condena alterações no STF

Será a sujeição dos juizes aos partidos políticos um progresso? Com esta pergunta, feita em tom de crítica, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cordeiro Guerra, mostra a sua discordância da proposta da OAB, que vem insistindo na alteração do mecanismo de escolha dos integrantes dos Tribunais no futuro texto constitucional.

Para Cordeiro Guerra, um dos defensores dos estudos do STF encaminhados à comissão de notáveis, desde o início dos trabalhos constituintes já conhecidos como o pensamento daquele Corte, as alterações que ele critica são as de "reduzir a estatura impar do STF como um Tribunal da Federação". Considera ameaçada "a norma de ouro da separação, com independência e harmonia, dos Três Poderes da República, que vem desde Mostesquieu". Um dos temores de Guerra é o da partidização do STF e dos demais Tribunais do País, através da escolha dos seis da composição de 16 integrantes do STF "por voto da maioria dos membros da Câmara".

Teme que estas alterações no mecanismo de escolha possa "deteriorar a norma de separação dos Poderes", ficando a composição do STF e dos demais Tribunais na dependência de negociações ocasionais entre as forças partidárias dominantes. Entende que as garantias da

magistratura, que significam também as garantias dos cidadãos, estarão ameaçadas com propostas que "mais ou menos ostensivamente pretendem reduzir a estatura impar do Supremo Tribunal Federal".

Alerta que "todas as garantias que os brasileiros terão ou esperam do futuro texto constitucional, estão diretamente condicionadas ao mecanismo que for reservado ao STF, que já vem funcionando como uma Corte Constitucional". Ao pretender que o STF seja apenas Tribunal Constitucional, a OAB retira certas garantias, como a de vitaliciedade, dando mandato por tempo determinado aos futuros ministros do STF.

Para alguns advogados militantes dos Tribunais Superiores, que já manifestaram apoio aos estudos do STF e à tese de Cordeiro Guerra, "o lobby" junto aos constituintes para acabar com a atual estrutura do STF nasceu em São Paulo, plantado por um grupo de integrantes do Ministério Público ligado ao deputado Plínio Arruda (PT-SP). Comenta-se ainda, nos corredores dos Tribunais sediados na capital da República, que o mesmo lobby, agora sustentado pela OAB, estaria interessando também aos chamados "marajás", ligados ao Ministério Público paulista e que sempre tiveram o STF "como uma pedra no caminho".

## Universidade teme recursos menores

O reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, enviou ontem ao presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, ofício manifestando a preocupação das universidades diante da possibilidade de que a futura Constituição não estabeleça a vinculação de percentuais orçamentários à educação, ou a diminuição dos percentuais estabelecidos pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

E o seguinte na íntegra o documento enviado pelo presidente do CRUB:

"O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, cuja contribuição ao processo constituinte brasileiro tem sido constante há mais de dois anos, com efetiva ação das universidades filiadas, vem, nestes últimos instantes de crucial decisão da Assembleia Nacional Constituinte, manifestar sua apreensão diante da possibilidade da não determinação de percentuais mínimos de aplicação dos recursos para a educação, ou da diminuição dos mesmos percentuais.

No primeiro caso, mostra a história que, infeliz-

mente, a indefinição constitucional relativa às taxas mínimas de aplicação dos recursos para a educação levou à deterioração dos sistemas educacionais, pois a desobrigatoriedade exime os governos de destinarem maior atenção aos problemas da educação, refletindo na expansão do analfabetismo e no retrocesso do ensino público.

Por outro lado, no segundo caso, a vinculação de recursos com os percentuais sugeridos nos últimos textos apresentados pela Comissão de Sistematização, diferentemente do que foi aprovado na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da ANC, representa sensível prejuízo para a educação brasileira, resultado da incidência dos percentuais na receita tributária e não nos recursos orçamentários.

Assim, apelamos para a sensibilidade de Vossa Excelência a fim de evitar que, depois de tantos esforços da sociedade brasileira e de seus representantes legítimos na ANC, na busca de conceberem sua Carta Magna, se inviabilizem os mecanismos adequados à solução dos seus profundos problemas, dentre os quais se destaca o deficiente sistema educacional".

## Sem quorum, Comissão não vota projetos

A rotineira falta de quorum nas reuniões da Comissão de Sistematização impediu ontem, mais uma vez, a votação dos dois projetos de decisão em pauta: do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Constituinte, e do deputado João Cunha (PMDB-SP), que submete à decisão da Constituinte todos os acordos e contratos referentes à dívida externa.

A sessão estava marcada para as 15 horas, mas só foi aberta às 15h25, pelo presidente, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), com cerca de 15 constituintes no plenário — o quorum mínimo para votação é de 47. Depois do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) apresentou sua proposta para a ampliação do prazo de discussão do substitutivo e defesa das emendas populares e José Genoíno (PT-SP) leu o parecer do relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM) favorável ao projeto de decisão de Brandão Monteiro, o deputado Haroldo de Lima (PC do B-BA) fez um longo desabafo contra o "esvaziamento" dos trabalhos da Comissão.

O líder do PC do B lembrou que, dos oito projetos de decisão encaminhados até agora à Comissão de Sistematização, apenas um foi aprovado, "com muita dificuldade"; o projeto do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco. Mesmo assim, deixou-se Haroldo de Lima, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não enviou este projeto até hoje, depois de mais de um mês, ao plenário da Assembleia para que ele seja aprovado em última instância.

Haroldo de Lima também reclamou contra a elaboração do substitutivo de Bernardo Cabral a portas fechadas no Banco do Brasil, com "um grupo de iluminados. Menosprezaram nossa capacidade de mobilização. Menosprezaram porque esta Constituição à direita não sairá fácil daqui. Até aqui temos respeitado a negociação, mas nossa tática a partir de agora será desmascarar este projeto", ameaçou o líder do PC do B.

O deputado Brandão Monteiro comentou que a constante falta de quorum nas reuniões da Sistematização é uma prova clara do desprestígio da Comissão. "Somos testemunha de que muitos deputados chegaram a ter atirado com seus partidos para participar dos trabalhos da Comissão", denunciou Brandão, lembrando que certos partidos "sistematicamente não aparecem".

# PLENÁRIO

## Greve foi o destaque da esquerda inflamada

"Se as autoridades governamentais e o patronato brasileiro estavam tão tranquilos em relação às dificuldades da greve geral e a sua impossibilidade, como dizem, por que desencadear uma repressão a nível nacional, com dezenas de prisões e atos violentos?" Esta questão foi colocada ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte na sessão de ontem, pelo deputado José Genoíno (PT/SP), ao fazer da tribuna a sua avaliação da paralisação de quinta-feira. Além dele, também os deputados Olívio Dutra (PT/RS) e Brandão Monteiro (PDT/RJ) se pronunciaram sobre a ação da polícia para reprimir a atividade grevista.

Ele não foi o único a pedir explicações do Executivo sobre medidas já adotadas, ou encaminhar sugestões através da Constituinte. Os deputados Osvaldo Bender e Victor Faccioni (PDS/RS) pediram da tribuna o fim do empréstimo compulsório sobre os combustíveis. Faccioni, ainda, solicitou a ida do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao Congresso para "prestar contas" de questões que, para ele, envolvem corrupção e impunidade "do período aureo do chamado Plano Cruzado". O deputado ressaltou as irregularidades que vêm sendo denunciadas em torno da importação de alimentos, que teve autorização de Funaro.

Na sessão vazia, falou-se dos caças AMX feitos com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Antes de reafirmar o propósito da greve — "insatisfação com a política econômica do Governo" — Olívio Dutra voltou a lembrar da tribuna que "estão retirando dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento para repassar à fabricação da aeronave militar AMX, que o Brasil está construindo em cooperação com a Itália". Encaminhou à Mesa uma série de questões solicitando informações do Ministério do Planejamento sobre o emprego dos recursos do FND para a criação do caça AMX.

As Constituições anteriores foram lembradas também pelo deputado Adilson Motta (PDS/RS), para defender a estabilidade aos funcionários públicos, não concursados, aos cinco anos de serviço. "Defendo esta ideia sem qualquer constrangimento", disse o constituinte, "porque também sempre defendo o ingresso através de concurso público. Se eles estão nesta situação, a culpa não é só deles, servidores, mas de quem os admitiu e que têm agora a responsabilidade de definir a sua situação".

## GERALDO FLEMING

### Grupos vão facilitar votação no plenário

Componente do Centro Democrático — uma das facções do PMDB — o deputado Geraldo Fleming (AC) espera, para o período de votação do texto final da nova constituição, a partir do mês que vem, dias de muita movimentação, mas acredita que os vários grupos dentro da constituinte cheguem ao plenário com suas posições solidificadas, o que facilitará o processo de votação. O Centro Democrático, garante ele, terá 120 votos em plenário, ainda que em sua reunião de formalização não tenham comparecido nem 45 parlamentares. Em depoimento ao CORREIO, o deputado falou sobre sua experiência na constituinte.

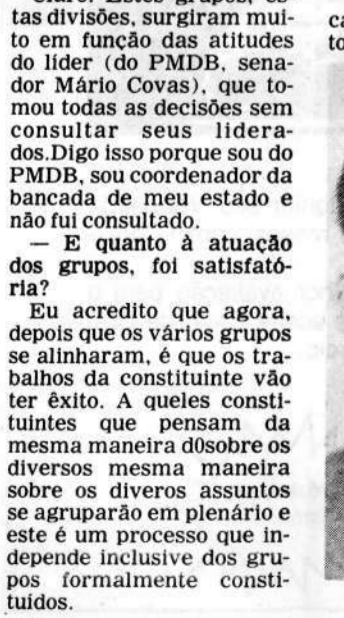
O Centro Democrático foi criado a partir da união de vários parlamentares oriundos do Grupo Unificado, que lançou a candidatura do então governador Tancredo Neves à presidência da República, em 1984. Eu fui um destes. Sou dos primeiros signatários do documento de lançamento da candidatura Tancredo Neves. Nós trabalhamos, no início, no sentido de que nossas propostas não fossem derrotadas nas subcomissões e comissões. A partir daí, o grupo achou interessante prosseguir com as reuniões, embora tenha se dispersado um pouco ao longo do tempo.

— O Centro ainda tem condições de enfrentar o plenário com sucesso, já que em sua reunião de formalização estiveram apenas 40 deputados? O que aconteceu é que fica muito difícil de reunir todos os componentes ao mesmo tempo. Numa reunião vão 45, numa outra, os 45 que estiveram na anterior não estão mais, e em seu lugar estão outros tantos. Mas em plenário nós estamos unidos.

— O senhor considera que a formação de grupos e subgrupos, tanto dentro do PMDB quanto fora dele, em torno de temas e não de programas partidários, reflete o fracasso do sistema adotado, no início dos trabalhos da constituinte? Claro. Estes grupos, estas divisões, surgiram muito em função das atitudes do líder (do PMDB, senador Mário Covas), que tomou todas as decisões sem consultar seus líderes. Digo isso porque sou do PMDB, sou coordenador da bancada de meu estado e não fui consultado.

— E quanto à atuação dos grupos, foi satisfatória? Eu acredito que agora, depois que os vários grupos se alinharam, é que os trabalhos da constituinte vão ter êxito. Aqueles constituintes que pensam da mesma maneira dobram os diversos assuntos e se agrupam em plenário e este é um processo que depende inclusive dos grupos formalmente constituídos.

— Mas por que tanta pressão na elaboração de uma Carta Constitucional, que se presume permanecerá intacta até o final deste século? Por que tem essa Cons-



Geraldo Fleming

## Cabral retorna com o Frankenstein II

ALVES DE CASTRO \*

O relator Bernardo Cabral corre o risco de frustrar as expectativas dos constituintes, e de todos os que seguem de perto o seu trabalho na Comissão de Sistematização. Em vez do guapo substitutivo em que Cabral prometeu transformar o "monstro" resultante dos oito projetos das comissões temáticas, poderá surgir da sala de cirurgia plástica do 24º andar do Banco do Brasil, descendo pelo elevador ou simplesmente saltando pela janela, um Frankenstein II, com a aparência ligeiramente melhorada por bisturi, lipospiração e, sobretudo, cosméticos.

Em discretas conversas, alguns dos relatores-adjuntos não escondem seu recelo deste final de etapa dos trabalhos constituintes: embora tenha a conclusão de sua montagem prevista para o final da noite deste domingo, o substitutivo requereria pelo menos uma semana de cuidadoso burilamento — trabalho que somente o relator, talvez com a assistência de um ou no máximo dois assistentes ou assessores, teria de fazer; sem essa revisão final, necessariamente metuclosa, Cabral poderá ver-se sob fogo cruzado das insatisfeitas forças políticas que o sustentam, das que pagaram para ver e apenas aguardavam que as cartas fossem mostradas, e de seus adversários ideológicos, que o acusam de trabalhar sob a égide da teoria da flexibilização do ministro Bresser Pereira. De toda forma, Cabral será desta vez o autor do substitutivo, e por ele será o único responsável, situação bem diversa do "monstro" que resultou da fase das subcomissões e das comissões temáticas.

Os preocupados adjuntos do relator lembram que Cabral tinha até 7 de setembro para apresentar seu substitutivo, e que esse prazo foi encurtado em quinze dias por pressão das lideranças da Constituinte. O relator curvou-se à pressão, submetendo-se, com seus adjuntos e assessores, a uma carga média diária de 16 horas de trabalho, interrompido, apesar da tentativa de isolamento no Banco do Brasil, por constantes visitas de constituintes e personalidades, inclusive estrangeiras, que insistem em "uma palavrinha" com o relator.

Mas por que tanta pressão na elaboração de uma Carta Constitucional, que se presume permanecerá intacta até o final deste século? Por que tem essa Cons-

tituição de ser promulgada a 15 de novembro, ou a 1º de janeiro próximo? Marcar data para a promulgação dessa Carta, observa um assessor, é como se pretendesse o nascimento de um filho em data certa, por cesariana se necessário, independentemente do estado da gestação.

Embora ninguém explique satisfatoriamente a razão desse acodamento, para no ar a suspeita de que se trata apenas de um capricho do doutor Ulysses, o presidente da Constituinte. Um observador atento, contudo, não vê substância nessa suspeita, que colide com pelo menos uma decisão do presidente Ulysses, da qual resultou considerável atraso nos trabalhos: a abertura, a todos os constituintes, de oportunidade de apresentar emendas ao projeto inicial da Comissão de Sistematização, o "monstro", o Frankenstein, que por ironia tomou o nome de Projeto Cabral. Pelo Regulamento da Constituinte, somente os 93 membros da Comissão de Sistematização poderiam apresentar emendas nessa fase. Com a abertura, o canal ficou livre para emendas de 559 constituintes, que literalmente afogaram a Comissão com nada menos de 20.862 emendas, das quais, até ontem à noite, apenas cerca de 11 mil haviam sido analisadas. Regimentalmente, só após analisar e dar parecer sobre todas as emendas poderia o relator montar o seu projeto substitutivo. De fato, porém, ainda que o substitutivo seja apresentado com três ou quatro dias de atraso em relação ao dia 23, alguns milhares de emendas serão examinadas a posteriori, com outros milhares de emendas ao substitutivo que se espera sejam apresentadas pelos membros da Comissão de Sistematização — isso, se o doutor Ulysses não repetir a abertura da oportunidade a todos os constituintes.

Na opinião quase geral dos relatores-adjuntos e assessores, as lideranças da Constituinte, a começar pelo presidente Ulysses Guimarães, devem com urgência restabelecer o prazo regimental, de 7 de setembro, para que o relator Bernardo Cabral apresente o seu substitutivo. Do contrário, se Cabral sobreviver à exaustiva carga horária de trabalho a que está submetido, corre ele o risco de ser crucificado, solitariamente, sob a injusta acusação de ser o único responsável pela volta de Frankenstein.

\* Jornalista e colaborador do CORREIO BRAZILIENSE